

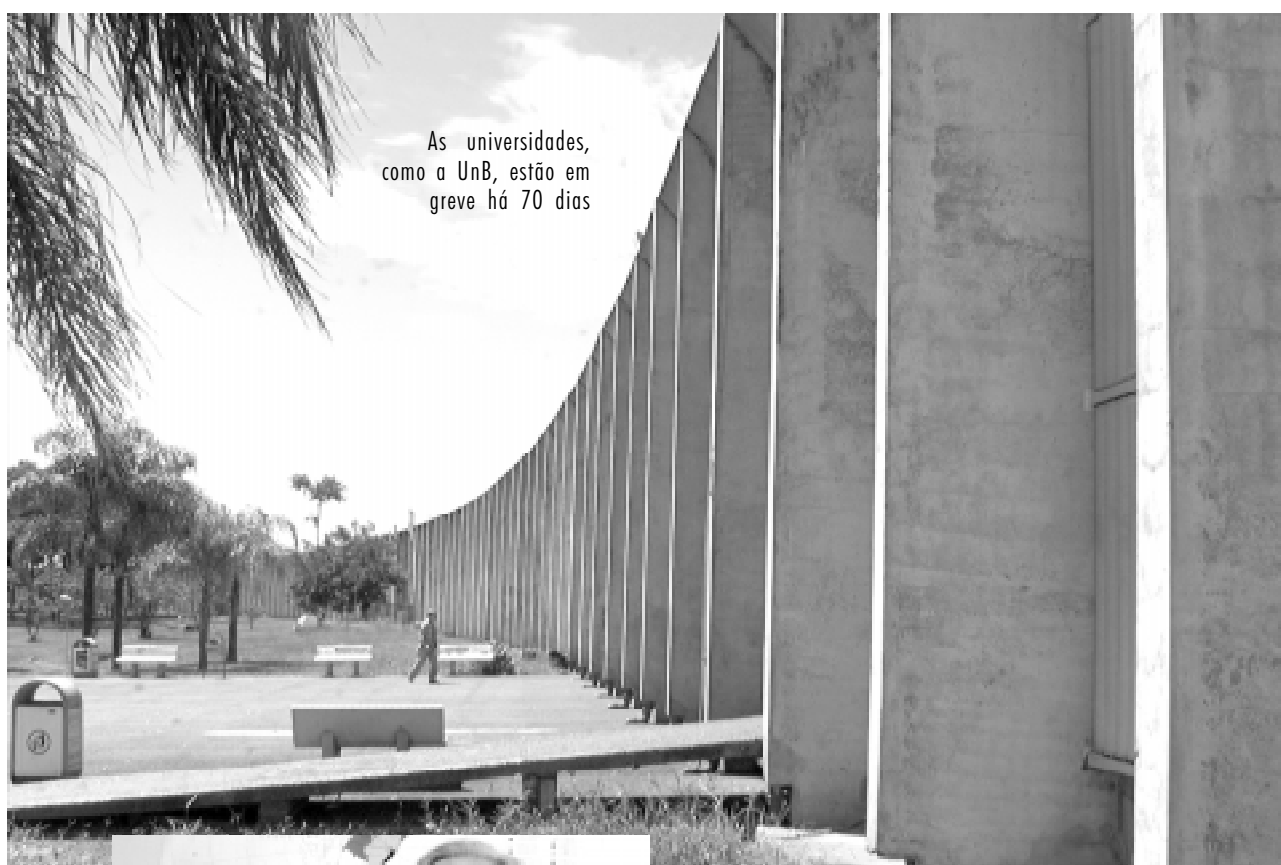
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.392 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2001

Senado vota hoje projeto que pode pôr fim à greve nas universidades

Líderes de todos os partidos aprovam regime de urgência para exame da proposta do governo que atende às reivindicações dos professores das instituições federais de ensino



As universidades, como a UnB, estão em greve há 70 dias

O Senado deve votar hoje, em regime de urgência, o projeto do governo que garante mais recursos para o pagamento dos professores das universidades federais. Com apoio de todos os líderes partidários, a proposta será votada de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e submetida à tarde ao exame do Plenário. O fim da greve dos professores está condicionado à aprovação do projeto. O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, informou que o relator da matéria é o senador Romero Jucá, que prometeu apresentar hoje de manhã seu parecer.

PÁGINA 3

Senadores apóiam acordo para renegociar dívida dos agricultores

PÁGINA 4



Cabral propõe mudanças como extensão da súmula vinculante

Comissão examina relatório sobre reforma do Judiciário

A preocupação em tornar a Justiça mais ágil está presente no relatório que o senador Bernardo Cabral apresentará hoje, em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à proposta de reforma do Poder Judiciário.

PÁGINA 2

Malan e Everardo debatem na CAE o Código do Contribuinte

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, deverão comparecer no próximo dia 27 à Comissão de Assuntos Econômicos para discutir os reflexos da proposta que cria o Código de Defesa do Contribuinte.

PÁGINA 5



Audiência com Malan e Everardo foi aprovada ontem pela CAE

Projeto estimula a utilização da Bandeira Nacional

PÁGINA 8

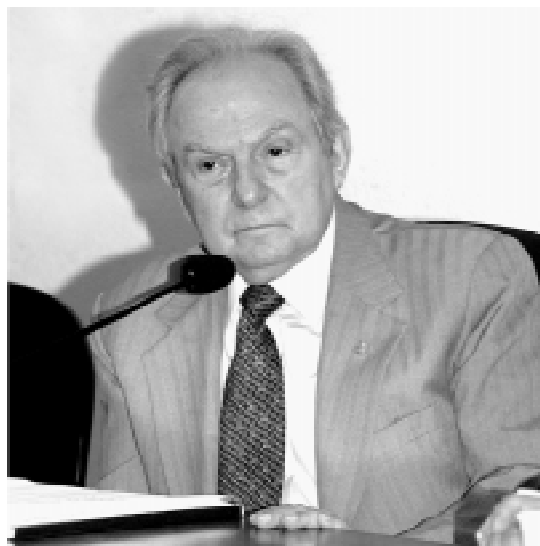
Cabral apresenta parecer com medidas para agilizar a Justiça

Relator da reforma do Judiciário propõe extensão da súmula vinculante ao STJ e TST, proibição do nepotismo e quarentena para juízes aposentados que pretendam advogar

A preocupação em proporcionar maior celeridade às decisões judiciais é a linha mestra do parecer que o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentará hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à proposta de emenda constitucional (PEC) que introduz mudanças na estrutura do Poder Judiciário. A reunião está marcada para as 10h.

Em relação à proposta já aprovada pela Câmara dos Deputados, o relatório de Bernardo Cabral avança ao propor extensão da súmula vinculante a dois tribunais superiores, proibição do nepotismo e exigência de uma quarentena para juízes aposentados que pretendam atuar como advoga-

do, na mesma corte. O senador propõe que as sentenças de instâncias iniciais sejam vinculadas não somente às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), mas também às adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Bernardo Cabral também defende a redução do número de recursos contra decisões de juízes

Cabral também deixou expressa em seu parecer a intenção de proibir os magistrados de empregarem parentes, prática conhecida por nepotismo. E determinou ainda a fixação de um período de quarentena para juízes aposentados que desejem advogar na mesma corte em que atuavam. Firme no propósito de agilizar o anda-

mento dos processos judiciais, o presidente da CCJ também defende a redução no número de recursos de caráter protelatório.

Outra iniciativa de destaque a ser apreciada pela CCJ é o projeto de resolução do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que visa reduzir o prazo para renúncia de senador que tenha praticado cri-

me passível de punição com perda de mandato. Saturnino propõe que o processo de cassação seja iniciado com a aprovação, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de parecer favorável a representação contra senador pela prática de ato sujeito à perda de mandato. Hoje, o parlamentar pode renunciar antes de a Mesa do Senado decidir se acata ou não parecer nesse sentido aprovado pelo Conselho de Ética.

Voltam ainda à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que possibilita a redução progressiva da pena do preso estudante e PEC do senador Tião Viana (PT-AC) que exige voto aberto na apreciação dos processos sobre perda de mandato de deputado federal e senador. As duas matérias contam com pareceres favoráveis dos relatores, senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE), respectivamente.

Paciente poderá ter despesa com transporte paga pelo SUS

O paciente que estiver sendo atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e necessitar ser deslocado para tratamento em centro de assistência distante de sua residência terá as despesas decorrentes dessa transferência pagas pelo próprio SUS. É o que prevê projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que deverá ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h.

O projeto, que tem decisão terminativa na comissão, conta com relatório favorável do sena-

dor Geraldo Althoff (PFL-SC). A matéria também recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que ofereceu três emendas.

Os senadores da CAS também deverão examinar, em turno suplementar, três substitutivos. Um deles, do senador Tião Viana (PT-AC), a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) estabelecendo regras para a reprodução assistida; outro, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a projetos do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e do então sena-



Projeto que beneficia pacientes do Sistema Único de Saúde é da senadora Marina Silva

dor Luiz Estevão, que fixam desconto de 50% no valor das passagens aéreas para pessoas com mais de 60 anos; e o terceiro, do senador Lúcio Alcântara, a projeto de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), prevendo regras para médicos residentes.

CPI do Roubo de Cargas ouve três depoimentos

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas no país reúne-se hoje, às 15h, para ouvir os depoimentos de João Rocha Galhardo, Miguel Rocha Galhardo e Carlos Roberto Gomes de Oliveira. Este último foi citado por outras pessoas, que prestaram depoimentos na comissão, pelo nome de Raul. Ele é acusado de intermediar negociações entre ladrões de cargas e receptadores.

A CPI é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e tem como relator o deputado Oscar Andrade (PL-RO).

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

9h — Recebe Luiz Antonio, diretor do DNER/MS, e Durval Caldeira, presidente da Equipave
10h — Recebe o deputado Geraldo Magela
11h — Recebe Mansour Moazami, embaixador do Irã
11h30 — Recebe Martus Tavares, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da emenda constitucional que institui a expropriação para terras nas quais seja constatada a existência de trabalho escravo; requerimentos solicitando ao Ministério da Fazenda que autorize o Banco Central a remeter para o Senado informações bancárias do período de janeiro de 1995 a julho de 2000 do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira; entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: 6 matérias, incluindo projeto que regula a atividade do médico residente; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: 20 matérias, incluindo emenda constitucional que reforma o Sistema Judiciário, entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Subcomissão Permanente de Cinema
Pauta: debate sobre a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão.
Convidados: secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Martinho Quadros do Nascimento; colunista do *Jornal do Brasil* e diretor do programa *Observatório da Imprensa* (TVE), Alberto Dines; especialista em comunicação e jornalista do *Estado de S. Paulo*, Etevaldo Siqueira; e superintendente de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minnassian. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

15h — CPI do Roubo de Cargas
Pauta: depoimento de Carlos Roberto Gomes de Oliveira, João Rocha Galhardo e Miguel Rocha Galhardo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

18h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jucá: campanha traz estímulo ao produto nacional



Jucá diz que campanha não é contra importados

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, pela iniciativa de lançar uma campanha

de valorização do produto nacional. O objetivo, explicou o senador, é estimular produção e geração de empregos no Brasil.

— Esta campanha de valorizar a aquisição de produtos brasileiros neste final de ano não é contra os importados. É preciso ter consciência de que comprar produtos nacionais é sobretudo garantir renda, emprego e o desenvolvimento no nosso país — afirmou.

Registrando que nos últimos nove meses o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou 37% a mais de recursos do que no ano passado, Jucá disse que o país tem espaço para crescer.

Kelman quer mudar destinação da água do São Francisco

A Comissão Especial do Rio São Francisco ouviu em audiência pública ontem o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. O uso múltiplo e conflitante das águas do rio foi o tema que dominou as discussões da reunião. Kelman afirmou que não há condições de o rio atender às necessidades do setor elétrico e servir também para o abastecimento humano, agricultura e navegação.

Kelman ressaltou que a água é um bem público e que, portanto, o setor elétrico não deve ser privilegiado enquanto outros setores são prejudicados. Ele entende que a escassez de água no Nordeste justifica a importação de energia elétrica de outros estados.

O presidente da ANA acredita que a saída está em diminuir a demanda tanto de energia quanto de água, já que, em curto prazo, não há como aumentar a oferta de água. Campanhas de conscientização para economizar energia e racionalizar o uso de água seriam, na sua opinião, bastante eficazes.

Plenário vota hoje projeto que pode encerrar greve

Urgência para a proposta recebe apoio de todos os líderes partidários, que esperam o retorno às aulas nas universidades

Com o apoio de todos os líderes partidários, o Senado decidiu votar hoje, em regime de urgência, projeto do governo que garante mais recursos para o pagamento dos professores universitários, em greve há 70 dias. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou em Plenário que o senador Romero Jucá (PSDB-RR) será o relator da matéria.

Cabral ressaltou que o presidente do Senado, Ramez Tebet, foi a primeira pessoa a alertá-lo para a urgência do projeto, em conversa na manhã de ontem. Também disse que o requerimento que permitirá a votação hoje atende a todas as lideranças partidárias, preocupadas com uma greve há tanto tempo sem solução.

Conforme Cabral, na Câmara a matéria foi aprovada com a rapidez que se impunha, devendo este ser o primeiro item da pauta da CCJ na reunião de hoje. “Isso para que esses servidores possam, antes do feriado, estar com o problema resolvido”, acrescentou, falando também em nome do PFL.

Romero Jucá registrou a importância do projeto para a retomada das aulas nas universidades. Ele prometeu que, hoje de manhã, apresentará seu relatório, o qual poderá ser imediatamente votado na CCJ.

Jucá acrescentou que, em razão da preocupação com a greve,



Proposta do governo foi debatida ontem em Plenário pelos senadores, preocupados com o prolongamento da greve nas universidades

ve, a liderança do governo estava inteiramente a favor de sua votação em regime de urgência. Disse ainda que a votação do projeto encerrará grave problema, propiciando o fortalecimento dos servidores públicos do ensino federal.

URGÊNCIA

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu que, aprovado o requerimento de urgência, reconhecida por todos a relevância da matéria, havendo consenso sobre sua aprovação e levando-se em conta que sexta-feira é feriado, o projeto deve ser votado hoje e sancionado amanhã.

Em nome do PSB, o senador Ademir Andrade (PA) declarou sua satisfação em ver o entendimento concluído. “Estamos absolutamente de acordo em que esse projeto seja votado, para que o presidente possa sancioná-lo o mais breve possível”, afirmou.

Falando em nome do PTB, o senador Carlos Patrocínio (TO) re-

gistou sua satisfação ao ver que “está chegando finalmente a solução para essa pendenga”. Ele disse que o PTB aprova e recomenda todo e qualquer procedimento no sentido de viabilizar o mais rapidamente possível a aprovação da matéria.

TEBET

Pelo PMDB, falou o senador Mauro Miranda (GO), lembrando o papel decisivo que o presidente do Senado teve no encaminhamento e negociação para a retomada do diálogo entre o Ministério da Educação e os professores do ensino público federal.

Mauro Miranda parabenizou Ramez Tebet pelo seu empenho no caso, observando que, “quando se adota o diálogo, chega-se a um bom entendimento”. Ele ressaltou que o Senado não pode deixar de estar presente nessa questão e acelerar o que for necessário para que o projeto seja aprovado o mais rapidamente possível.

Solução está em novas tabelas de vencimentos

O fim da greve dos professores universitários está condicionado ao projeto que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado examina hoje de manhã, para ser votado pelo Plenário à tarde. Os docentes das universidades federais estão em greve desde o dia 22 de agosto e a essa paralisação aderiram os demais servidores e técnicos administrativos das universidades. Eles reivindicam a reposição das perdas salariais, incorporação de gratificações, direitos de aposentado-

ria e defesa dos direitos sindicais.

Os senadores querem garantir mais R\$ 15 milhões no Orçamento de 2002 para o Ensino Superior, além da suplementação já assegurada de R\$ 100 milhões, que elevou os investimentos no ensino superior, previstos no Orçamento de 2002, de R\$ 250 milhões para R\$ 350 milhões.

A solução prevista no projeto que o Senado votará hoje consiste na edição de novas tabelas de vencimentos para os cargos integrantes da carreira técnico-admini-

nistrativa, a vigorar a partir de janeiro de 2002.

Segundo a exposição de motivos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, a despesa estimada para 2002, com a incorporação concedida, é de R\$ 463,5 milhões, dinheiro já parcialmente previsto no Projeto de Lei Orçamentária, no qual consta dotação de R\$ 255,6 milhões como reestruturação de remuneração. Portanto, a despesa adicional para o próximo exercício é de R\$ 207,9 milhões.

Isenção de CPMF pode beneficiar corpo diplomático

Funcionários estrangeiros de missões diplomáticas poderão ficar isentos do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), caso o Senado aprove hoje projeto do Executivo desobrigando-os desse tributo.

De acordo com o projeto, essa isenção não se aplicará aos funcionários estrangeiros que tenham residência permanente no Brasil nem aos consulados e cônsules honorários.

Também hoje, o Senado realiza o terceiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que expropria a terra de quem explora trabalho escravo, destinando-a à reforma agrária.

Outra votação aguardada é a de projeto que estabelece nova disciplina para o registro de candidatos nas eleições proporcionais. Será votado substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) determinando que cada partido poderá registrar candidatos até o triplo do número de lugares a preencher na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.

CRE aprova nomes de novos embaixadores

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável à mensagem presidencial que indica Roberto Abdenuv, diplomata do quadro permanente do Itamaraty, para o cargo de embaixador do Brasil junto à Áustria.

A CRE também sabatinou a portas fechadas e aprovou a indicação do diplomata Joaquim Palmeiro, que atualmente ocupa a embaixada do Brasil na Líbia, para representar o país também junto à República de Malta. O relator, senador Tião Viana (PT-AC), destacou que o Brasil mantém relações com Malta desde 1975. Os pareceres da comissão seguem para o Plenário, onde devem ser votados secretamente, assim como na comissão.

Na reunião da CRE, que foi presidida pelo senador João Alberto (PMDB-MA), foram analisados ainda 11 projetos de decreto legislativo que aprovam definitivamente o conteúdo de tratados e acordos internacionais já firmados por autoridades do governo brasileiro.

Jonas Pinheiro ressalta acordo com produtor rural

Segundo o senador, que participou da renegociação, governo ampliou para 25 anos o prazo para quitação dos débitos e reduziu para 3% ao ano os juros sobre o saldo devedor. MP será editada esta semana para formalizar o acerto

Representante do Senado na comissão do Congresso Nacional que intermediou a renegociação da dívida dos produtores rurais, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou ontem em Plenário a decisão do governo de ampliar para 25 anos o prazo para quitação dos débitos e reduzir para 3% ao ano os juros incidentes sobre o saldo devedor. Também foi adiado, de hoje para o dia 30 de novembro, o vencimento da primeira parcela de securitização da dívida.

Segundo o senador, o governo deve editar, ainda esta semana, medida provisória formalizando os pontos acordados entre os parlamentares, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa. Os produtores rurais adimplentes vão também ser beneficiados com a redução de 67,5% da parcela securitizada, que terá valor fixo até o término do prazo de refinanciamento.



Jonas Pinheiro representou o Senado na comissão que intermediou o acordo

Outro aspecto positivo realçado por Jonas Pinheiro foi o fim do regime de equivalência/produto, que atrelava a correção do débito ao reajuste dos preços dos produtos agrícolas. As medidas acertadas alcançam os agricultores que contraíram dívida até 1977 e, no caso dos fundos constitucionais, até 1998, desde que estejam em dia com o pagamento.

— Convoco os inadimplentes a regularizar seus débitos, pois, além de perder o direito a esses benefícios, correm o risco de ir parar na dívida ativa da União —

alertou o senador.

Jonas Pinheiro também anunciou mudanças nas regras do Programa de Saneamento de Ativos (Pesa). Quem está inscrito no programa já foi contemplado, tempos atrás, com a conversão de 10,37% da dívida em títulos do Tesouro Nacional e o refinanciamento dos juros por 20 anos.

A principal alteração no programa foi o corte de cerca de 50% nos juros cobrados, reduzidos para 3% para quem deve até R\$ 500 mil, 4% para dívidas de até R\$ 1 milhão e 5% para débitos superiores a esse valor.

Osmar Dias anuncia pagamento de seguro a agricultor

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ontem o início do pagamento dos seguros contra perdas na safra contratados com a Companhia de Seguros de São Paulo (Cosep) e a possível prorrogação do prazo de quitação de parcela



Osmar Dias: atraso na indenização prejudicará a nova safra

da dívida agrícola a vencer hoje. “Fazemos essa comunicação para tranquilizar os produtores rurais do Paraná e do país”, disse.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Martus Tavares, assinaram resolução conjunta para viabilizar o pagamento dos prêmios de seguro dos produtores agrícolas com a Cosep, informou Osmar Dias. Ainda esta semana, 1.207 contratos serão saldados, já estando definida a liberação de recursos para 1.413 agricultores em 1º de novembro e para mais 1.525 no dia 7. O

senador queixou-se da demora do governo federal em indenizar os agricultores.

— A suplementação orçamentária para custear os seguros com a Cosep estava aprovada desde o dia 4 de julho — afirmou. Com o atraso na liberação dos R\$ 71 milhões devidos aos produtores agrícolas, os agricultores ficaram impossibilitados de financiar a nova safra, disse Osmar Dias.

O senador detalhou a proposta que a comissão do Congresso apresentou para renegociar a dívida dos produtores rurais.

O senador detalhou a proposta que a comissão do Congresso apresentou para renegociar a dívida dos produtores rurais.

Proposta de Álvaro Dias reduz número de deputados

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) classificou como “inadiável e urgente” a discussão de emendas constitucionais de sua autoria que reduzem o número de deputados federais, ao alterarem o critério de proporcionalidade para a escolha dessa representação.



Álvaro Dias quer mudar critérios de proporcionalidade

As matérias, já aprovadas na CCJ, também irão diminuir o número de deputados estaduais e vereadores. “Vai ser uma discussão difícil, mas os parlamentares competentes não devem temer as mudanças”, disse.

Uma das propostas, esmiuçada pelo senador ontem, propõe que a quantidade de deputados deve ser proporcional ao número de habitantes. Hoje, exemplifica Álvaro Dias, um parlamentar do estado de São Paulo representa 500 mil habitantes, enquanto que um de Roraima, apenas 32 mil. A idéia é de que cada estado tenha um mínimo de quatro deputados e

no máximo 70.

Álvaro Dias frisou que a iniciativa proporcionaria uma economia de R\$ 700 milhões por ano ao país, mas que o ganho maior seria em credibilidade das instituições junto à população.

Em aparte, o presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que considera injusto que a redução atinja apenas os pequenos estados. Para José Fogaça (PPS-RS), a mudança poderá agravar os problemas de representação no Congresso. Sebastião Rocha (PDT-AP) também vê prejuízos para os estados a serem atingidos. Já Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a revisão nos critérios de representatividade. Para Romero Jucá (PSDB-RR), a proposta vai ampliar o fosso entre estados ricos e pobres. Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu que a discussão leve em conta também as carências de cada estado.

Viana debate serviço “Senadores na Mídia”

O senador Tião Viana (PT-AC) indagou ao presidente da Casa, Ramez Tebet, acerca da veracidade de informações extraoficiais que teria recebido dando conta de alterações no serviço *Senadores na Mídia*, produzido pela Secretaria de Comunicação do Senado e disponibilizado na Internet. Ele questionou o fato de o serviço estar divulgando atualmente somente notícias fornecidas pelo *Jornal do Senado*.

Tebet informou que não houve nenhuma decisão de suspender a divulgação de notícia de toda a imprensa sobre o Senado. O que aconteceu é que o serviço está sendo modificado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), na oportunidade, negou ter feito qualquer queixa contra o antigo formato do serviço. “Em nenhum momento fiz qualquer censura”, ressaltou.

O presidente do Senado con-



Tião Viana pediu informações sobre o serviço oferecido aos senadores

firmou que a Secretaria de Comunicação da Casa jamais foi procurada por Suplicy para tratar de qualquer preocupação relacionada com o *Senadores na Mídia*.

O serviço de divulgação de notícias sobre os senadores na mídia nunca deixou de ser feito por meio de distribuição de textos impressos, correio eletrônico ou pela Intranet. Está prevista para a próxima segunda-feira a entrada no ar de um novo *clipping*, mais moderno, incluindo notícias em tempo real a respeito dos senadores extraídas de todos os serviços dos veículos de comunicação.

TEBET RECEBE EMBAIXADOR DE PORTUGAL E PRESIDENTE DA ABERT

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem o embaixador de Portugal no Brasil, Antonio Franco, e o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto.

Antonio Franco conversou com o senador a respeito das relações entre os dois países, enquanto o dirigente da Abert tratou com Tebet de projetos de interesse do setor que estão sob análise no Senado, entre eles o que cria o Conselho de Comunicação Social.

Tebet também recebeu ontem o deputado Marçal Filho (PMDB-MS) acompanhado de autoridades de Dourados (MS) que vieram pedir ao senador apoio para alguns pleitos de interesse da região junto ao governo federal.



Antonio Franco, embaixador de Portugal, fez visita de cortesia a Ramez Tebet

Malan vai depor sobre Código do Contribuinte

Requerimento para realização de audiência com o ministro da Fazenda e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A reunião está marcada para o dia 27 de novembro

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, deverão comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no dia 27 de novembro, para discutir o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o Código de Defesa do Contribuinte. A audiência pública com Malan e Everardo, aprovada ontem pela comissão, foi sugerida em requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), apresentado em Plenário.

Presidente da CAE, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a realização da audiência pública vai ser de grande importância para o esclarecimento de muitas dúvidas surgidas entre os senadores sobre os efeitos da proposta de Código do Contribuinte, principalmente sobre se poderá colocar em risco a capacidade arrecadadora do governo federal.

Os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Casildo Maldaner

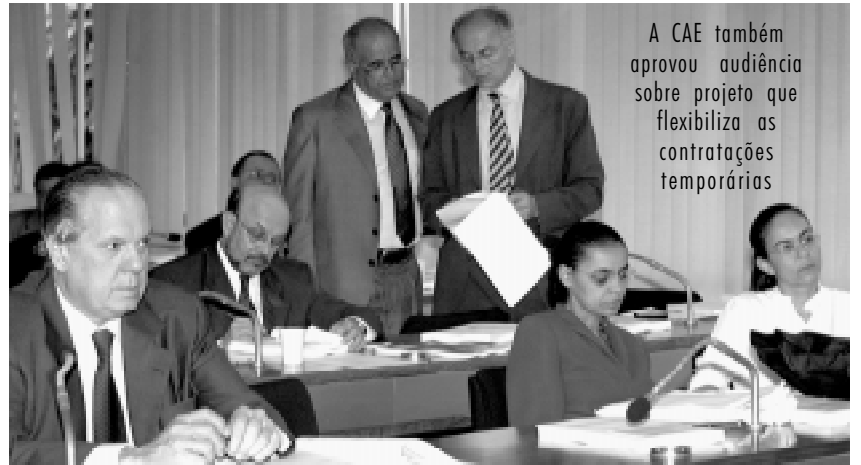
(PMDB-SC) apoiaram o requerimento de Simon, destacando que a proposta de criação do Código de Defesa do Contribuinte tem mobilizado diversos setores, devido ao interesse que desperta. Para Maldaner, "não se pode criar uma legislação para acobertar sonegadores", mas também "não se pode permitir que se desrespeite o contribuinte, nem que se cometam abusos contra ele".

TRABALHO TEMPORÁRIO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que pretende aproveitar a oportunidade do comparecimento do ministro Pedro Malan à Comissão de Assuntos Econômicos para discutir a questão da dolarização da Argentina. Suplicy também propôs, e a comissão aceitou, a realização de uma outra audiência para debater o projeto relatado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) que prevê maior flexibilização nas contratações de serviços temporários e na terceirização de serviços.

Suplicy, que pediu vista do projeto, quer uma discussão mais ampla do tema, que, afirmou, "mexe com uma área complexa". A proposta, que veio da Câmara, é resultado, informou, de intensas negociações com diversos setores, coordenadas pelo deputado Jair Meneguelli (PT-SP), durante um ano e meio.

Paulo Souto concordou com a realização da audiência, que ainda não tem data marcada. Serão ouvidos, por sugestão de Suplicy, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, e o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Valentim Carrion. Por indicação de Paulo Souto, participarão também os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, e da Federação de Serviços de São Paulo, Luigi Nefe.



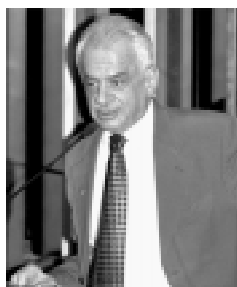
A CAE também aprovou audiência sobre projeto que flexibiliza as contratações temporárias

Acordo evitou que ministro fosse convocado pelo Plenário

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) retirou de pauta o requerimento, que seria votado ontem, de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar ao Plenário os efeitos do projeto de Código de Defesa do Contribuinte sobre as contas do Tesouro. Simon explicou que, em acordo de lideranças, ficou decidido que o ministro debaterá o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), juntamente com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em 27 de novembro. No dia 5 de dezembro, o projeto deve ser votado em Plenário.

A vinda de Malan e Everardo era requerida por vários senadores de oposição, unânimes no entendimento de que o projeto é prejudicial à arrecadação tributária. Na opinião do Simon, que considera o texto mais favorável ao sonega-



Simon retirou da pauta seu requerimento que convocava Pedro Malan e Everardo Maciel

dor que ao pagador de impostos, o projeto, como está, não será aprovado.

Aprovadas melhorias para a lâmpada incandescente

Os fabricantes de lâmpadas incandescentes terão de cumprir uma série de exigências legais para que o produto fique mais resistente à oscilação da corrente elétrica. Deverão também garantir que o consumidor receba todas as informações sobre a qualidade do produto. As determinações constam do projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),



Freitas Neto: favorável às mudanças que tornam o produto mais resistente

a partir de parecer favorável do relator, senador Freitas Neto (PSDB-PI). O projeto será agora analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme o projeto, os fabricantes deverão garantir que as lâmpadas incandescentes suportem uma variação, para mais, de até 10% das tensões nominais das redes de distribuição. Além disso, a embalagem das lâmpadas deve conter, impressas, informações sobre a luminosidade,

durabilidade em horas e os possíveis efeitos decorrentes do uso em tensões elétricas distintas das especificações, no caso de o produto destinar-se ao mercado interno. Os infratores estarão sujeitos ao pagamento de multas.

Segundo o relator, é incontável a importância econômica e social do projeto, pois sua aprovação resultará na economia de energia elétrica consumida pelas lâmpadas incandescentes de voltagem superior à tensão nominal da rede de distribuição, cuja previsão gira em torno de 10%. Outra vantagem, assinalou, será obtida mediante o aumento do tempo de vida útil das lâmpadas incandescentes, garantindo-se ao consumidor um produto de melhor qualidade.

Comissão autoriza empréstimos para Goiás e Previdência Social

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem duas operações de crédito externo que serão agora submetidas ao Plenário em regime de urgência. A primeira operação, no valor de US\$ 65 milhões, será contratada junto ao Banco Mundial, e destina-se a projetos de recuperação e pavimentação de estradas em Goiás. A segunda, de US\$ 57 milhões, virá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento da modernização do sistema previdenciário.

O governador de Goiás, Marconi Perillo, compareceu à reunião da CAE para explicar a importância da aprovação do empréstimo. Segundo disse, Goiás tem destinado 19% da sua receita líquida para o pagamento de dívidas, fazendo grande esforço de ajuste fiscal. Nos últimos três anos, afirmou, o estado repassou, em pagamento de débitos, R\$ 1,2 bilhão para os cofres do Tesouro Nacional. Diante desses gastos, disse, somente será possível recuperar os mais de dez mil quilômetros de estradas de Goiás por meio de ajuda.

O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que apresentou parecer favorável à autorização do empréstimo, afirmou que os recursos são fundamen-

tais para Goiás. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) também defendeu a autorização, lembrando que a malha rodoviária goiana encontra-se desgastada.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) chamou a atenção para o relatório do Banco Central que acompanhou o pedido de empréstimo, assinalando que Goiás estava extrapolando os limites de endividamento impostos pela Resolução nº 78, do Senado. Ao final da reunião, a informação foi rebatida pelos senadores Paulo Souto (PFL-BA), José Fogaça (PPS-RS) e pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem as exceções apontadas pelo BC estão previstas na própria resolução.

INSS

O outro empréstimo autorizado também recebeu parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). Os recursos serão utilizados no financiamento parcial do Programa de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro (ProPrev), do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Segundo Ornélas, o programa visa principalmente modernizar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



O governador de Goiás, Marconi Perillo, foi à CAE para defender o pedido de empréstimo

Para Althoff, dirigente do Flamengo não convence

Relator da CPI do Futebol qualificou de temerária, com indícios de evasão de divisas e sonegação fiscal, gestão de Edmundo Santos Silva, que prestou novo depoimento. Segundo o senador, Ministério Público aprofundará investigação

Uma gestão temerária com indícios de evasão de divisas e sonegação fiscal. Foi como o relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), classificou a administração do presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, que prestou, ontem, por mais de quatro horas, novo depoimento à comissão.

Para Althoff, o depoimento do presidente do clube carioca não convenceu. Pelo contrário, serviu para aprofundar a certeza de que Edmundo Santos Silva, com apoio de alguns dirigentes do clube, fez de tudo para obstruir os trabalhos da CPI, avaliou o relator.

Edmundo Santos Silva negou qualquer tentativa de obstrução e assegurou que o Flamengo não faz remessas ilegais de recursos para o exterior.

— O clube pode ter erros formais de interpretação da legislação, mas jamais promoveu evasão de divisas e sonegação fiscal — disse o dirigente. Segundo ele, todas as operações estão registradas nos livros contábeis. Além disso, acrescentou, o clube vem realizando uma auditoria externa. Ele deu essas informações para tentar justificar uma conta aberta nas Ilhas Cayman, no valor de US\$ 908 mil. Edmundo disse que a conta foi transferida de um banco de Nova York para o paraíso fiscal e encerrada em janeiro de 1999, tão logo ele assumiu a presidência do Flamengo.

A pedido da CPI, Edmundo se comprometeu a apresentar à comissão os extratos da conta, desde 1º de janeiro de 1989 até a data do encerramento. O dirigente infor-



CPI do Senado que investiga denúncias de irregularidades no futebol brasileiro ouviu ontem, pela segunda vez, Edmundo Santos Silva

mou que US\$ 750 mil, do total de US\$ 908 mil, foram usados para pagar o passe do jogador Beto. Mas o senador Geraldo Althoff estranhou que, ao encerrar a conta, a diretoria tivesse depositado US\$ 750 mil na conta da empresa Gortim. Para Althoff, somente com a apresentação dos extratos bancários os fatos poderão ser esclarecidos.

INFORMAÇÕES

Geraldo Althoff afirmou que Edmundo não enviou à comissão informações solicitadas pela relatoria em 30 de agosto, quando o presidente do Flamengo depôs na CPI pela primeira vez. A comissão também havia solicitado o contrato do jogador sérvio Petkovic. Althoff exibiu uma entrevista gravada com o empresário Luiz Carlos Medeiros, um dos responsáveis pela contratação do jogador, na qual ele admite que a empresa Picoline recebeu do Flamengo a quantia de US\$ 1,5 milhão pelos 15% a que teria direito o jogador. Edmundo Santos Silva informou

que o contrato de Petkovic incluía a renúncia dos 15% do jogador. Tanto Althoff quanto o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), classificaram de nebulosa a transação, por não existir, inclusive, um contrato sequer.

O relator disse ainda que o presidente do Flamengo não conseguiu acrescentar nada de novo e que caberá ao Ministério Público aprofundar as investigações, tão logo a CPI conclua os trabalhos.

Edmundo Santos Silva começou o depoimento assegurando que todas as informações solicitadas haviam sido enviadas à CPI. No entanto, diante da negativa do relator, apresentou a justificativa de que cabe ao conselho deliberativo do clube aprovar as solicitações de documentos. Ele acrescentou que, ao assumir a presidência do clube, herdou uma dívida de US\$ 85 milhões, a maior parte contraída na gestão de Márcio Braga, agravada com as inúmeras transações de compra e venda de jogadores na gestão Kléber Leite.

Ricardo Teixeira justifica ausência a reunião

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, comunicou à CPI do Futebol que não comparecerá à reunião da comissão marcada para hoje. Submetido a uma cirurgia cardíaca, ele apresentou atestado médico para justificar a ausência, tal como fez na última convocação.

Ricardo Teixeira seria questionado sobre denúncias de movimentação de recursos da entidade em paraísos fiscais e de enri-

quecimento ilícito. A CPI também investiga empréstimos feitos pela CBF em condições supostamente desfavoráveis.

Segundo o presidente da comissão, senador Álvaro Dias, mesmo sem a presença de Ricardo Teixeira a reunião da comissão será mantida. Para o senador, o depoimento do presidente da CBF pode ser substituído pelo de outro representante da entidade. Álvaro Dias acrescentou que a ausência de Teixeira não atrapalha

em nada as investigações da CPI, já que os trabalhos da comissão se baseiam em documentos e não em depoimentos.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff, anunciou a leitura do relatório para os dias 4 e 5 de dezembro. O mês de novembro será dedicado à elaboração do texto final, que deverá pedir o indiciamento de dirigentes de clubes e federações e trará sugestões de uma nova legislação para o desporto no Brasil.

Eleição do novo presidente da Infra-Estrutura é adiada

A eleição do presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que seria realizada ontem, foi adiada para a próxima terça-feira, por falta de quórum. O vice-presidente, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que está à frente dos trabalhos da comissão desde a renúncia do senador José Alencar (PL-MG) ao cargo, anunciou que também deixará a função após a escolha do novo nome, que deverá ser o senador Alberto Silva (PMDB-PI).

Quintanilha disse que vai renunciar para preservar a proporcionalidade partidária dos cargos das comissões. Como foi eleito vice-presidente da CI pelo bloco PPB-PSDB e recentemente filiou-se ao PFL, ele resolveu deixar a vice-presidência para que o bloco possa escolher outro nome. Esse foi o mesmo motivo da renúncia de José Alencar, que trocou o PMDB pelo PL.

Durante a reunião, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou questão de ordem para que



Presidência da Comissão de Infra-Estrutura deverá ficar com Alberto Silva

seja esclarecido se a proporcionalidade partidária deve ser observada também em casos como o da CI, onde houve a renúncia do presidente por vontade própria. Quintanilha comprometeu-se a consultar a assessoria legislativa do Senado sobre o assunto. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou Quintanilha por abrir mão da vice-presidência para preservar a representação do bloco PPB-PSDB.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *De Coração* — “Conhecendo as doenças das válvulas cardíacas” — Dr. Flávio Tarasoutsis
6h30 — *Cidadania* — A senadora Marina Silva e o deputado Fernando Ferro falam sobre desenvolvimento sustentável
7h30 — *Entrevista* — O pesquisador da Fiocruz Cláudio Struchiner fala sobre saúde e qualidade de vida
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Entrevista* — A cineasta Betse de Paula fala sobre o filme *O casamento de Louise*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Pauta com 20 itens, entre eles a reforma do Judiciário (13 PECs)
13h30 — *Cidadania* — A senadora Marina Silva e o deputado Fernando Ferro falam sobre desenvolvimento sustentável
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação — Audiência pública sobre rádio e TV (gravado)
20h30 — *Entrevista* — O pesquisador da Fiocruz Cláudio Struchiner fala sobre saúde e qualidade de vida

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — CPI do Futebol — Audiência pública (gravado)
Logo após — Sessão Plenária — (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Comissão de Assuntos Sociais
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Para Emilia Fernandes, "a onda de denúncias contra o PT está apenas começando"

Emilia presta solidariedade a Olívio Dutra

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) solidarizou-se em discurso com o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, criticando "o espetáculo" que a CPI da Assembleia Legislativa gaúcha fez na divulgação de uma fita gravada com diálogos do petista Diógenes Oliveira, ex-chefe da polícia. Na fita, ele diz falar em nome do governador e pede que a polícia não reprima o jogo do bicho.

— A onda de denúncias contra o PT em todo o país está apenas começando, tendo em vista as eleições do ano que vem. Olívio Dutra está pagando o preço da coragem de enfrentar a corrupção no Rio Grande do Sul — afirmou.

Os 12 itens que levaram à criação da CPI, conforme a senadora, foram totalmente investigados e esclarecidos, sem comprometer o governo do PT. No entanto, às vésperas do encerramento da CPI, a oposição ao governo do Rio Grande do Sul encontrou uma fita, "gravada de forma ilegal", com as afirmações do ex-chefe de polícia. Emilia sustentou que "os petistas não são santos e anjos e o PT não é uma extensão do céu, mas, com certeza, também não é o prolongamento do inferno, onde prevalecem os desmandos, a impunidade, a corrupção e a conivência". Ela informou que a Executiva do PT no Rio Grande do Sul está agindo com transparência no caso de Diógenes Oliveira.

Em aparte, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), afirmou que a CPI gaúcha não investigou a fundo o envolvimento de alguns delegados com o jogo do bicho, como se propôs. Disse que o governador Olívio Dutra "está acima de picuinhas" e que o PT punirá o filiado que cometeu irregularidade. O governador gaúcho recebeu a solidariedade, também em apertes, dos senadores Tião Viana (PT-AC), Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A reforma tributária é urgente, diz Maldaner

Senador adverte que alta carga tributária do país fará com que as empresas sejam varridas pela competição internacional

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou para a necessidade de uma reforma tributária imediata preparando o país para a vigência da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele disse entender que o atual governo não queira mudar sua política econômica a 14 meses de seu final, mas argumentou que se poderia aprovar a reforma com vigência prevista para o próximo governo.

Segundo Maldaner, os empresários estão muito preocupados com o despreparo do país para enfrentar os desafios da Alca. Ele argumentou que a alta carga tributária do país fará com



Casildo Maldaner lembra que um terço do Produto Interno Bruto nacional é formado por impostos

que as empresas sejam varridas pela competição internacional, acabando com o parque industrial brasileiro.

O senador lembrou que um terço do Produto Interno Bruto (PIB) nacional é formado por impostos, acrescentando que o governo está satisfeito porque nunca arrecadou tanto. Ele observou, no entanto, que é necessário ampliar a base de arrecadação e combater a sonegação para obter a redução da carga tributária de empresas e pessoas físicas.

— Esse é o caminho para a melhor distribuição de renda. Ao lado da educação, é uma política de juros mais baixos e mais crédito para os pequenos empresários rurais e industriais que poderá melhorar essa distribuição — destacou.

Dutra pede cumprimento de decisão do Senado

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra intenção do Executivo de usar os US\$ 3 bilhões provenientes da renegociação da dívida da Polônia com o Brasil na recomposição das reservas internacionais do país, conforme declarações do Secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, publicadas na imprensa. A operação foi autorizada pelo Senado Federal neste mês com uma emenda exigindo que os recursos fossem destinados a programas sociais no Nordeste.

— Por mais prepotente que seja,

o Executivo não pode revogar uma resolução do Senado, aprovada depois de ampla discussão na Comissão de Assuntos Econômicos e em Plenário — disse Dutra.

Ele pediu ao presidente do Senado, Ramez Tebet, que tomasse providências para impedir o descumprimento de uma decisão da Casa. Dutra afirmou estar ciente de que o dinheiro, mesmo incluído no Orçamento da União, poderia ser contingenciado e, em decorrência, acabar não sendo empregado em programas sociais do Nordeste. Ressaltou, no entanto, que "deci-



Dutra: recursos devem ser destinados a programas sociais, conforme resolução do Senado

dir colocar o montante nas reservas internacionais é contrariar, diretamente, a resolução".

Maguito critica proposta do governo para o IR

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) classificou como indecorosa a proposta do governo, que será analisada pela Câmara dos Deputados nesta semana, de corrigir a tabela de deduções e das faixas de isenção do Imposto de Renda em apenas 11% e criar uma faixa adicional com alíquota de 35%. Ele afirmou que a proposta visa simplesmente aumentar a carga tributária, sufocando ainda mais a classe média e os trabalhadores autônomos.

Maguito disse que o governo Fernando Henrique nunca teve coragem de fazer uma verdadeira reforma tributária, e acrescentou que o setor tem sido regulado "por meio de remendos".

— A cada mudança improvisada, o quadro piora, a carga au-



Maguito: "A cada mudança improvisada, o quadro piora, a carga aumenta"

menta e os prejuízos para quem produz se multiplicam.

Além de não propor uma reforma ampla e justa, protestou Maguito, o governo foge do debate de questões polêmicas, que atingem a parcela mais rica da população, como é o caso do fim da isenção sobre lucros e dividendos

distribuídos a acionistas de empresas.

Maguito exemplificou o caso citando reportagem do jornal *Correio Braziliense* em que o dono de uma empresa no Paraná recebe R\$ 800 como remuneração mensal e retira anualmente, em forma de lucro por participação, mais de R\$ 1,5 milhão, sem pagar um centavo de imposto. Se esse capítulo da lei tributária fosse modificado, afirmou o senador, o governo criaria um potencial de arrecadação de R\$ 6 bilhões.

O senador citou estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) confirmando que a proposta do governo de correção do Imposto de Renda representa novo aumento da carga tributária.



Iris Rezende: decisão da Justiça foi recebida com satisfação no estado de Goiás

Iris anuncia que o leilão da Celg foi suspenso

A Justiça Federal suspendeu a privatização da Companhia Energética de Goiás (Celg), que estava programada para o próximo dia 22, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, informou ontem o senador Iris Rezende (PMDB-GO). A decisão foi fundamentada pela ausência, no edital, de quesitos considerados indispensáveis ao processo de licitação, conforme alegado na ação proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Goiás.

— A decisão da Justiça Federal foi recebida com satisfação em todo o estado. Pesquisas recentes, aliás, mostram que mais de 80% dos goianos são contra a privatização da Celg. É praticamente unânime o repúdio a essa tentativa de passar para a iniciativa privada um dos instrumentos mais importantes para a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social.

Segundo Iris, especialistas indicam que a Celg poderia valer hoje mais de R\$ 2 bilhões, apesar de o governo fixar um preço mínimo de R\$ 1,32 bilhão. Para Iris, a insistência em vender a Celg tem como meta conseguir recursos a toque de caixa às vésperas das eleições de 2002. O senador contesta a alegação do governo do estado de que a empresa é deficitária, afirmando que é difícil a Celg dar prejuízo pelo fato de comprar energia ao preço médio de R\$ 49 quilowatt/hora, revendendo para o consumidor a R\$ 132.

Em aparte, Álvaro Dias (PDT-PR) anunciou que a 10ª Vara Federal de Porto Alegre concedeu ontem liminar a ação popular, de sua autoria, suspendendo o leilão da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que ocorreria hoje. O senador Edison Lobão (PFL-MA) declarou ser favorável ao processo de privatização, exceto nos casos da Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras.

Comissão aprova o uso de imagem da Bandeira em objetos pessoais

O projeto acatado pela CE permite também a execução do Hino Nacional com arranjos vocal e instrumental diferentes dos tradicionais. A proposta será agora votada na Comissão de Justiça

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto do Executivo que muda a legislação sobre a forma de apresentação dos símbolos nacionais. Com parecer favorável do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), que apresentou três emendas, a proposta permite o uso de roupas com imagem da Bandeira Nacional e outros símbolos nacionais. Possibilita também a execução do Hino Nacional com arranjos vocais ou instrumentais diferentes, desde que fora de solenidades oficiais, e substitui, nas Armas Nacionais, o ramo de fumo pelo de guaraná.



O senador Moreira Mendes (D) apresentou parecer favorável ao projeto, que também substitui o ramo de fumo pelo de guaraná nas Armas Nacionais

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) considera que as alterações coincidem com práticas já adotadas pelo povo. Como exemplo, ele citou a interpretação que a cantora Fafá de Belém deu ao Hino Nacional durante a campanha pelas eleições diretas para

Presidência da República. Lembrou ainda que se tornou comum o uso da bandeira nas corridas de Fórmula 1 desde as comemorações das vitórias de Nelson Piquet e Ayrton Senna.

Moreira Mendes concordou com as observações de Camata, dizen-

do que o projeto confere flexibilidade às manifestações cívico-culturais, em consonância com a evolução dos costumes. Ele acrescentou que a legislação que regula a forma e a apresentação dos símbolos nacionais é de 1971, e, na sua avaliação, não está adequada às

mudanças de comportamento ocorridas desde então.

— Nada mais legítima que a manifestação do sentimento cívico pela incorporação da bandeira ao nosso cotidiano, como já fazem países como a França, os Estados Unidos e a Argentina.

Quanto à substituição, nas Armas Nacionais, do ramo de fumo pelo de guaraná, Moreira Mendes disse que “a troca está em sintonia com as atuais campanhas a favor da erradicação do vício do fumo.

Durante os debates, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apontou a importância da

emenda de Moreira Mendes que permite a impressão do desenho da Bandeira Nacional e da letra do Hino Nacional nas contracapas dos cadernos e livros didáticos.

O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, será enviado agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Projeto institui Dia da Bíblia no segundo domingo de dezembro

O segundo domingo de dezembro poderá se tornar o Dia da Bíblia. Projeto neste sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta vai agora a Plenário.

— No Brasil, a não ser os evangélicos, que consagraram o segundo domingo de dezembro como dia de reverência às Sagradas Es-

crituras, nenhum outro grupo religioso procurou, ostensivamente, reservar uma data específica para comemorar essa obra marcante do pensamento universal — afirmou o senador Luiz Pontes (PSDB-CE), relator da proposta.

Pontes também lembrou que a Bíblia, como livro sagrado dos judeus e cristãos, constituiu-se em

obra não apenas religiosa, mas também histórica, cultural e antropológica.

A comissão também aprovou projeto que homenageia o médico e professor Romero Marques, acrescentando seu nome ao do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. Conforme o relator da proposta,

senador José Coelho (PFL-PE), a intenção é homenagear o cientista de renome internacional.

— Romero Marques não só ajudou a construir e formar o Hospital das Clínicas da universidade, mas também contribuiu para elevar o nome da instituição no cenário médico brasileiro e internacional.

Lançada biografia de Vilson Kleinübing

O jornalista Moacir Pereira lançou no Salão Nobre do Senado o livro *Kleinübing, uma Trajetória de Coerência*, biografia do ex-senador Vilson Pedro Kleinübing, falecido em 1998. Compareceram à cerimônia o presidente da Casa, Ramez Tebet, e os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), além de parentes e amigos de Kleinübing.

Nascido em 1944, o gaúcho Kleinübing teve ascensão política meteórica, e conquistou o respeito de políticos de distin-

tas matizes ideológicas. Formado em engenharia, foi eleito prefeito de Blumenau, em 1988, governador de Santa Catarina, em 1990, e senador da República em 1994.

AUSTERIDADE

Ramez Tebet lembrou o período em que ele e Kleinübing eram membros do Comissão de Assuntos Econômicos, e disse que sua atuação foi marcada pela luta contra o desperdício do dinheiro público. Ao encerrar a cerimônia, Tebet afirmou que o Senado prestou grande

serviço ao país editando a obra, que lembra alguns momentos importantes da história do ex-senador e ex-governador de Santa Catarina.

— É uma questão de justiça para com um homem público cuja vida precisa ser mais conhecida, um homem que foi referência de honestidade e dignidade, trabalhando sempre para seu estado e para o Brasil — afirmou.



Senadores participaram do lançamento do livro do jornalista Moacir Pereira no Salão Nobre

Suplente de Kleinübing, Geraldo Althoff classificou o livro como “um marco na literatura brasileira e o ponto alto da carreira do jornalista Moacir Pereira”.

Senadores debatem projeto de radiodifusão

A Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realiza hoje, às 10h, audiência sobre a proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei de Radiodifusão. Foram convidados o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Martinho Quadros do Nascimento; o colonista do *Jornal do Brasil* Alberto Dines; o jornalista Etevaldo Siqueira, do jornal *O Estado de S. Paulo*; e o superintendente de Serviço de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian.

Assinaram o requerimento de audiência os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Freitas Neto (PSDB-PI).

Plenário autoriza o funcionamento de emissoras

O Senado aprovou ontem projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento das seguintes emissoras de rádio: Valente Propaganda e Publicidade, de Caçu (GO); Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, de Torrinhã (SP); Fundação de Educação e Cultura, de Estância (SE); e Associação Comunitária e de Radiodifusão Neves, de Riachão das Neves (BA).

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) congratulou-se com o Plenário por outorgar a concessão da Rádio Valente, de Caçu. Ele disse que, situada no sudoeste de Goiás, Caçu, “município de grande importância, agora terá a oportunidade de atender seu povo e sua região com uma emissora”.

Rádios comunitárias têm permissão

Foram aprovados ontem pela Comissão de Educação projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras comunitárias de rádio nos municípios de Regente Feijó (SP), Belo Jardim (PE), Paulista (PE), Ivinhema (MS), Castro Alves (BA), Senador Firmino (MG), Boqueirão (PB) e Espição do Oeste (RO).

A comissão também aprovou a renovação das rádios Subaé, de Feira de Santana (BA), e a permissão para emissoras em Cachoeiro do Itapemirim (ES), Caracará (RR) e Alto Alegre (RR).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Sebastião Rocha e pela senadora Marluce Pinto